

Os arquivos e a História: a importância dos documentos arquivísticos e das Instituições de custódia na pesquisa histórica

Renata Regina Gouvêa Barbatho*
Leandro Coelho de Aguiar**

1 – INTRODUÇÃO

Na área de História as produções científicas têm por base a utilização de documentos. Le Goff (2003. p. 525-538), em “Documento/Monumento” disserta sobre as possibilidades de usos dos documentos pelos historiadores, argumentando, por exemplo, com Lucien Febvre, que defendeu a impossibilidade de fazer História sem documentos escritos, ou como Samaran, que afirmou, no século XIX, que não haveria História sem os mesmos. (*apud* LE GOFF, 2003. p. 529)

Le Goff expõe a necessidade de perceber o documento como uma construção, como um “produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham poder”, sendo então necessário perceber, não apenas como um documento, mas sim como um monumento (LE GOFF, 2003. p. 536).

Entende-se que o autor francês não estava se referindo especificamente aos documentos arquivísticos e que a História não trabalha apenas com este tipo de fonte, no entanto, entende-se que eles são extremamente frequentes na historiografia, sendo elementos representativos de seu tempo.

Em função da aproximação da História com os documentos arquivísticos e do reconhecimento dos mesmos por esta comunidade profissional, criou-se uma tradição de atuação desses pesquisadores em instituições de memória. A participação de historiadores em instituições arquivísticas é freqüente, e esta ligação entre historiadores e arquivos pode ser observada, ainda hoje, tanto na direção de diversos arquivos¹ quanto na própria reflexão realizada pela ANPUH-Rio como o debate sobre o tema “Os historiadores em Arquivos”².

* Doutoranda em História (PPGH –UERJ). Prof^ª. substituta do Departamento de Ciência da Informação da UFF.

** Mestre em Ciência da Informação (PPGCI - UFRJ/IBCT).

¹ Hoje a direção do Arquivo Nacional é exercida por Jaime Antunes da Silva, arquivista e historiador. Um eminente historiador que ocupou o mesmo cargo no séc. XX foi José Honório Rodrigues, responsável pela modernização da instituição e pela inauguração da publicação de textos teóricos em Arquivologia, por meio de

2

A História é uma área tradicionalmente “usuária” de documentos arquivísticos, e seus pesquisadores são habituais freqüentadores de arquivos e de instituições de memória. No entanto, é preciso conhecer mais o perfil dessa prática na comunidade, e entender como é essa relação entre o pesquisador e sua fonte. Até que ponto os documentos custodiados por instituições arquivísticas estão presentes e são referenciados nessas pesquisas? E a partir desta reflexão, pensar em outros questionamentos. Afinal, qual a importância das instituições de memória para a prática historiográfica? Ou, como esses documentos deixam de ser apenas fonte de reflexão do historiador, para se tornarem também elementos de “prova” das pesquisas desenvolvidas?

Este trabalho apresenta resultados parciais da segunda etapa do projeto de pesquisa em andamento³, de caráter exploratório, que visa mapear, caracterizar e dimensionar o uso de documentos arquivísticos na produção científica nas Ciências Humanas.

A primeira etapa da pesquisa concentrou-se na identificação dos usos de documentos arquivísticos e suas instituições de guarda, da produção científica (teses e dissertações) dos programas de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), nas áreas de Antropologia, Ciência Política, Educação, Geografia e Psicologia, entre os anos de 2007 a 2009. Foram analisadas 289 obras, como uma média de 19,2 defesas, por curso a cada ano (BARBATHO, 2011).

Nesta segunda etapa do projeto buscou-se fixar nos estudos da História, entendendo que esta é uma área tradicionalmente ligada aos arquivos, como já dito, e por isso necessitando maior de reflexão. Nesse momento, o projeto restringiu a pesquisa apenas às teses do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFF, isso em função de grandiosidade do Programa, com um número elevado de defesas por ano. Só em 2012 foram 87 defesas, sendo destas, 36 teses⁴. O método utilizado, nesta etapa, é de análise quantitativa e qualitativa

tradução. Pode-se ainda ver a atuação de Paulo Knauss no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e a Beatriz Kushnir, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGRJ).

² Para maiores informações ver http://www.rj.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=3640

³ O projeto foi iniciado em 2010, para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da então formanda em Arquivologia (UFF), historiadora e Mestre em Ciência da Informação (UFRJ IBICT) Renata R. G. Barbatho, sob a orientação do Prof. Dr. Vitor M. M. da Fonseca. Em 2012, ouve a ampliação da pesquisa e a entrada do historiador e Mestre em Ciência da Informação Leandro C. de Aguiar.

⁴ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

Banco de Teses e Dissertações – lista de Teses on-line. Disponível em:

<http://www.historia.uff.br/stricto/tesesonline.php>. Acesso em: 17 fev. 2013.

3
das teses defendidas entre 2008 e 2012, no PPGH da UFF. Até este momento, apenas o ano de 2012 foi analisado.

Pretende-se, assim, contribuir para a avaliação da importância dos documentos arquivísticos, como fonte primária, e das instituições de custódia, no desenvolvimento da pesquisa científica institucionalizada na área de História.

O recorte temporal recente foi em função da busca pelo entendimento da atual configuração das pesquisas acadêmicas em relação ao uso de documentos. Além disso, foram consultadas apenas as teses que se encontravam disponíveis *on-line*.

A opção de utilizar teses *on-line* significa também trabalhar com textos que dão grande visibilidade aos documentos utilizados e, por consequência, a suas respectivas instituições de guarda, já que atinge maior alcance de acesso.

A escolha das Ciências Humanas, e especificamente da História, se dá pela própria importância da área dentro da universidade. A UFF hoje tem 54 áreas com programas de pós-graduação *stricto sensu*,⁵ sendo que destes: seis oferecem mestrado profissional, quinze oferecem apenas mestrado acadêmico e 33 oferecem mestrado e doutorado. Na mesma universidade, a grande área de Ciências Humanas soma nove programas, avaliados, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com conceitos entre 3 e 7. Sendo: três desses programas com conceitos 3 (Filosofia, Sociologia, e o curso Sociologia e Direito, considerado Multidisciplinar das Ciências Sociais e Humanas); dois com conceito 4 (Ciência Política e Psicologia); um com conceito 5 (Antropologia); dois programas com 6 (Educação e Geografia); e um programa com conceito 7 (História), o único da Universidade com a nota máxima⁶.

O Programa de Pós-Graduação em História da UFF é reconhecido pela CAPES desde 1971 em nível de mestrado, e passando a contar com o curso de doutorado após 1985. Foi a primeiro da área a obter nota máxima no sistema nacional de avaliação e deste então se mantém entre os mais conceituados do Brasil, sendo reconhecido por intensa atuação na produção historiográfica nacional e grande qualidade, destacando-se dos outros programas. No Brasil, na área de História, apenas os programas de pós da UFF, da Universidade de São

⁵ Pós-graduações *stricto sensu* são os mestrados e doutorados, enquanto cursos de especialização são pós-graduações *latu sensu*.

⁶ Acerca do ranking dos conceitos dos cursos de pós-graduação da UFF ver o link: <<https://sites.google.com/site/pgiproplanuff/indicadores-do-tcu/conceito-capes>>

4

Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (UNICAMP) são classificadas com nota máxima⁷.

Para o levantamento das teses defendidas em 2012 foi utilizado o banco de teses e dissertações do próprio PPGH-UFF. Cabe ressaltar que no Brasil, a CAPES disponibiliza um banco de resumos das teses produzidas⁸, mas a produção na íntegra não pode ser acessada, por outro lado, algumas universidades dispõem na íntegra os trabalhos em seus próprios bancos de teses e dissertações, como ocorre com a Universidade de São Paulo (USP)⁹, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)¹⁰, e com a própria UFF¹¹.

2 O ARQUIVO

Pode-se observar, nos últimos trinta anos, no Brasil o aumento da ciência, isso em função de uma política de Estado, que percebeu a importância do desenvolvimento científico como uma estratégia da nação, chamando atenção principalmente ao papel das universidades e dos órgãos de fomento à pesquisa. A partir disso, muitas questões surgem, uma vez que, para o campo científico se desenvolver, é necessário um conjunto de aparatos que o mantenha. É assim que os cientistas têm garantido a formação, especialização, a aquisição e a manutenção de infra-estrutura, além da própria participação em eventos e congressos, em suas respectivas áreas.

Nesse sentido, mas com dimensões diferentes, também deve ser pensando em como possibilitar espaços que contribuam para o desenvolvimento científico. Nesse caso, deve-se expandir a consciência de que um pesquisador necessita mais do que um “escritório” de trabalho, ele precisa de um laboratório, no seu sentido mais amplo (LATOURET; WOOLGAR. 1997).

É necessário ainda, que os cientistas tenham acesso a informações que possibilitem os mesmos desenvolver suas pesquisas. No entanto, esta é uma tarefa difícil, na medida em que cada área do conhecimento trabalha com seus próprios métodos e meios de comunicação,

⁷ De acordo com a avaliação do triênio 2010-2012.

⁸ Este banco de teses está disponível em <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>.

⁹ Este banco de teses está disponível em <http://www.theses.usp.br/>

¹⁰ Este banco de teses está disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>

¹¹ Este banco de teses está disponível em http://www.btd.ndc.uff.br/tde_busca/

5

impossibilitando que haja uma campanha única de acesso a informação, demandando assim políticas específicas para cada área.

Para as Ciências Humanas, os centros de memória e custódia de documentos arquivísticos e publicações de época, são fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas, com destaque especial, na área de História, ao papel dos arquivos. Assim sendo, cabe entender as instituições arquivísticas como o laboratório do historiador, onde ele poderá trabalhar suas questões e comprovar (ou não) suas hipóteses através, não de tubos de ensaios, mas dos documentos.

O conceito de arquivo pode ser entendido, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, de quatro formas diferentes: a primeira ligada a idéia de “conjunto de documentos” com características em comum; a segunda por “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conversão e o acesso a documentos”; a terceira como as “instalações onde funcionam arquivos”; e por fim, ao “móvel destinado à guarda de documentos” (2005, p. 27).

Nessas quatro definições atribuídas ao termo arquivo é possível perceber a presença de documentos e acúmulo dos mesmos, seja quando se fala em conjunto, seja quando se fala em sua guarda. Na prática os conceitos de arquivo e de documento de arquivos se confundem em várias situações. Delmas (2010), em *Arquivos para quê?* busca explicar o que é, para que serve e quais as funções de um arquivo. Para o autor, os arquivos são vistos como um produto necessário ao funcionamento da sociedade, sendo que sua dimensão espacial e complexidade acompanham o tamanho e complexidade dessa mesma sociedade. E é por isso que precisam ser mantidos.

Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada. Quanto mais uma sociedade se desenvolve, mais as atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos. [...]

O acúmulo de relações cada vez mais densas e amplas aumenta de forma exponencial as necessidades e usos de documentos precisos para agir, negociar e viver. Os arquivos aumentam proporcionalmente a isso. (DELMAS, 2010. p. 19-20).

6

Para Delmas, responder à esta pergunta, que dá título ao sua obra, significa justificar para as autoridades de Estado as políticas que os arquivos necessitam, bem como os gastos públicos necessários para que a sociedade seja beneficiada. Nesta sua busca por respostas, o autor apresenta quatro pontos que explicam a existência dos arquivos e seus aparatos: a prova, a lembrança, a compreensão e a identificação.

Primeiro, o ato de provar, que está diretamente ligado a questões jurídicas. A necessidade de utilizar documentos para provar algo diante da justiça foi, para o autor, a primeira razão de sua conservação por longo tempo para os ocidentais. O seu uso para funções de prova de garantia de direitos pode ser observado ao longo da história, no qual processos revolucionários ou de manutenção de poder tiveram como auxílio a existência ou a destruição de arquivos.

Segundo, a função de lembrar, que está vinculada a funções básicas do cotidiano de uma pessoa ou instituição, pois se entende que a lembrança permite o discernimento na execução de ações, a partir das experiências adquiridas. Trata-se do que ele chama de “lembrar do que foi feito e da experiência adquirida para agir”, destacando que esta lembrança é importante não só para grandes ações, mas também para práticas do dia-a-dia (DELMAS. 2010. p. 26).

No terceiro ponto, o ato de compreender. Delmas retoma a Revolução Científica do século XVII e a Revolução Industrial, do século XVIII, para justificar mais esta função dos arquivos, uma vez que estes períodos históricos passaram a valorizar o conhecimento, sendo o arquivo uma fonte para tal.

Cabe ressaltar que os arquivos permitem, através de pesquisas, que os movimentos sejam acompanhados, mas sempre levando em consideração que também são envolvidos pelo discurso de seu tempo, assim como afirmou Le Goff, já que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (2003. p. 535-536).

Por fim, servem para identificar e identificar-se, num processo de reconhecimento e promoção das relações sociais, em que os arquivos, em determinadas situações, são representações de ações que envolvem a vida de terceiros. Neste caso, estes documentos ganham um sentido psicológico e moral, uma vez reconhecido que os indivíduos precisam de transmissão de raízes, sejam familiares ou institucionais, para que possam conviver

7

coletivamente de forma saudável. A função de identificar-se está diretamente ligada à idéia de memória social.

3 O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E O SEU VALOR DE PROVA E DE INFORMAÇÃO

A discussão em torno do conceito de documento passa pela diferenciação entre o que é um documento e o que é um documento arquivístico. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística todo documento é uma “unidade de registro de informação, qualquer que seja o suporte ou formato” (p. 73). No entanto este mesmo dicionário não define o conceito de documento arquivístico, não podendo, segundo o mesmo, afirmar que este se apresentaria genuinamente como de interesse e “responsabilidade” da Arquivologia. Afinal, uma “unidade de registro de informação” pode ser uma publicação, como o livro, ou pode ser ainda uma obra de arte, como uma estátua. No entanto, numa visão tradicional, nenhum dos objetos acima citados são objetos de interesse da área, sendo o primeiro objeto de estudo da Biblioteconomia e o segundo da Museologia. Já segundo uma literatura mais recente, como Santos (2007), determinadas situações levam à quebra desse conceito fechado, como por exemplo, nas práticas de cientistas, onde uma obra bibliográfica pode vir a compor e fazer compreender seus arquivos.

Mas qual é o objeto de interesse da Arquivologia? Segundo Duranti (1995) a Arquivologia está voltada à análise dos documentos como conjuntos, relacionando-os a outros documentos do órgão que o produziu, sendo os documentos arquivísticos documentos elaborados ou recebidos e retidos no cotidiano de uma atividade prática, e que Delmas (2010, p. 57) corrobora e afirma ser “resultantes das atividades públicas e privadas que acompanham a vida cotidiana dos indivíduos”.

Esses documentos arquivísticos passam por um processo de avaliação em que alguns são selecionados para a guarda em arquivos permanentes. Isso ocorre de acordo com a função que o documento pode exercer. Um documento que já não exerce função não tem a necessidade de ser preservado? Mas o que determina que um documento tenha ainda função ou não? A resposta está no valor agregado a este documento, que pode ser apenas primário, ou primário e secundário. Ressaltando que segundo Rousseau e Couture (1998, p. 128), os

8

termos “primário e secundário” são usados “na sua acepção cronológica”, não devendo ser entendidos como “pouco evoluído (primário) ou de somenos importância (secundário)”.

O valor primário do documento é aquele que o existe em sua essência de criação, para o qual foi criado, baseado na utilização imediata e administrativa da instituição (ROUSSEAU, COUTURE. 1998). Schellenberg (2006), analisando a avaliação dos documentos públicos modernos, também distingue os documentos por valores e categorias, e como Rousseau e Couture, considera valor primário como “de primeira importância” para uso corrente (p.180).

Schellenberg (2006. p. 180) segue ainda explicando que os documentos que apresentarem valores após o uso corrente são de valor secundário, sendo útil “para outras entidades e utilizadores privados”. Segundo Rousseau e Couture, a qualidade desses documentos está “baseada nas utilizações não imediatas ou científicas”, sendo definida fundamentalmente pelo “testemunho privilegiado e objetivo que o documento fornece”. Testemunho privilegiado porque o documento foi criado no momento exato do desempenho da atividade e objetivo; porque, a priori, não foi criado para julgar um fato e sim para atestá-lo (ROUSSEAU, COUTURE. 1998. p. 117-118, 128).

Os valores secundários adquiridos pelo documento podem ser de duas naturezas, o valor probatório e o valor informativo. O primeiro é referente à “prova que contém da organização e do funcionamento do órgão governamental que os produziu”, enquanto o valor informativo, como o próprio nome sugere, corresponde à “informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições etc. com que o órgão governamental haja tratado” (SCHELLENBERG, 2006. p. 181). No entanto Schellenberg adverte que esta distinção entre os dois valores é apenas para efeito de estudo, pois os dois valores não se excluem, podendo coexistir, sendo:

Um documento pode ser útil por vários motivos. O valor de um documento contém devido ao testemunho que oferece da organização e funcionamento da administração pode ocasionalmente ser o mesmo que o valor derivado de sua informação sobre pessoas, coisas ou fenômenos. (SCHELLENBERG, 2006. p. 182)

Para tornar mais fácil o entendimento desta afirmativa, Schellenberg (2006) exemplifica a situação em que o documento de valor secundário tem em si, também valor probatório e informativo. O exemplo se refere aos atos de um governo no setor de diplomacia

9

e da guerra, no qual existe um interesse do pesquisador tanto nos atos do governo em relação à diplomacia, quanto aos acontecimentos em si.

4 O USO DE FONTES DE INFORMAÇÃO E DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NA PRODUÇÃO DE TESES DE HISTÓRIA.

Como já mencionado, o universo pesquisado foi doutorandos e suas teses de História do Programa de Pós-Graduação de História da UFF defendidas no ano de 2012 e disponíveis *on-line* através do próprio banco de teses e dissertações do programa. Ao todo, foram 87 obras defendidas e atualmente expostas no site, sendo 49 dissertações, 36 teses e uma indefinida. Cabe ressaltar que durante a seleção e leitura dos trabalhos¹², duas teses não puderam ser analisadas em função de seus arquivos estarem incompletos, sendo este o motivo dessa pesquisa trabalhar com o total de 34 teses.

Essas obras podem nos dar uma mostra da importância do uso de documentos de arquivo e das instituições de arquivo na prática científica das áreas de Ciências Humanas. Para dimensionar este uso, até mesmo para entender quais têm sido as fontes utilizadas por estes pesquisadores, esta pesquisa buscou saber quais são os tipos de fontes de informação utilizados de forma geral, seja por meio físico ou digital, fossem ou não documentos de arquivo.

Nas teses foram observadas as utilizações e frequência de documentos arquivísticos na construção de suas pesquisas, suas formas de referência e suas instituições de custódia. Uma vez acessada as obras, buscou-se nos elementos pré-textuais e pós-textuais dados que indicassem o uso de fontes de informações, documentos arquivísticos e instituições de arquivo, o item mais analisado foi o de “Fontes”, que segundo a norma deveria estar presente em todas as obras, mas que nessa pesquisa foi encontrada em apenas 27, das 34 teses. Cabe ressaltar que também foi realizada a leitura do campo “Resumo” na tentativa de compreender o objetivo da tese e facilitar a leitura das referências.

Nessa etapa, foi possível perceber, que mesmo sendo este um programa reconhecido por sua excelência, seus discentes ainda não seguem completamente os padrões estabelecidos no campo científico, pois a falta de padronização e adequação as normas esteve presente em

¹² A seleção das teses foi em 17 de fevereiro de 2012.

10

quase 50% das teses¹³. Os problemas identificados são dos mais variados e em intensidades menores e maiores, como a falta de padronização dos itens pré-textuais, a caixa catalográfica, a fonte, o espaçamento estarem completamente fora do padrão, a omissão de informações nas referências e até mesmo ausência do resumo e, como já mencionado, de uma listagem contendo as fontes utilizadas. A ausência de algumas informações nos remete a muitos questionamentos, principalmente na falta de transparência científica, podendo até ser questionado o grau de cientificidade do trabalho.

A produção de teses de História, principalmente as mais recentes, a priori, deveria estar disponível através do meio eletrônico, no entanto, ainda existem pequenas falhas, pois nem todas estão disponíveis, sendo possível a leitura de algumas apenas por meio de visita à biblioteca da UFF.

A primeira pergunta verificada nas fontes foi: qual a frequência de fontes disponíveis *on-line*? O que se chegou a um número de treze obras, dos quais seis usaram sites governamentais e treze não governamentais. O uso da internet para o desenvolvimento da ciência, nos últimos vinte anos têm sido fundamental, como por exemplo, a realização e apresentação desta pesquisa, porém a disseminação da informação virtual também pode levar a muitas confusões no entendimento de guarda e de confiabilidade. Afinal, quem são os custodiadores desses documentos físicos? Qual a sua fidedignidade?

Cabe ressaltar a diferença entre o conceito de documento digital e documento digitalizado. O primeiro são aqueles criados exclusivamente em suporte digital, já o digitalizado possui originalmente seu suporte físico, mas que, passou por um processo de cópia para o formato digital. Se tratando de documentos digitais observou-se um uso incipiente, ficando quase que restrito a leituras bibliográficas.

No que se refere aos documentos arquivísticos, um documento digital é aquele criado e tramitado em formato digital, normalmente dentro de um gerenciamento eletrônico de documentos (GED). No caso, entre as teses analisadas, nenhum documento foi detectado, tratando-se exclusivamente de documentos em suporte físico tradicional, “papel” e que passaram pelo processo de digitalização.

¹³ Existe a cultura dos textos científicos utilizarem as regras da ABNT, como padrão de formação, porém algumas universidades têm os seus próprios padrões estabelecidos. Nos casos acima citados, de falta de padronização, são em função de não seguir nem a ABNT, nem o padrão UFF.

11

No levantamento dessa pesquisa, o que se percebeu foi a falta de conhecimento de como referenciá-los. Sendo possível obter a informação da instituição de guarda do documento original apenas em quatro teses, ficando as outras nove com informações apenas dos sites consultados, o que não está errado, se fosse possível obter o link direto do documento, mas o que se pôde ver em algumas teses, foi a página principal do site utilizado, e não o link acessando diretamente a fonte. Essa confusão pode ser entendida, também, em função da ausência de normas de citação de fonte da internet.

Dentre as teses que utilizaram documentos governamentais disponíveis on-line: cinco acessaram leis, quatro a documentos institucionais, duas a entrevistas, uma a processo judicial e/ou uma publicação. Já as teses que utilizaram documentos não governamentais foram: três com publicações, duas com documentos institucionais e/ou duas com entrevistas. Foi constatado, ainda, o uso de em oito teses citando documentos sonoros, e duas com documentos filmográficos.

Esses números demonstram, que a área de História, reconhecida por manutenção de suas práticas mais tradicionais, já demonstra mudanças na forma de acessar suas fontes de informação, com o advento das novas tecnologias. Deve-se se ter em mente que o número de 38,2% dos doutores indicando o uso de site pode não ser real, podendo ser maior, já que a falta de esclarecimento sobre as normas pode ter levado a opção de referenciar a fonte apenas na sua forma tradicional.

Depois de verificado o uso de fontes *on-line*, a pesquisa buscou saber das consultas diretas, sem a interlocução da internet, em seu suporte original. Das 34 teses estudadas, todas fizeram consultas às fontes diretamente, o que permite afirmar que ainda não foi produzida nenhuma tese de História em 2012 na UFF utilizando apenas fontes disponíveis *on-line*. Acredita-se que mesmo após a ampliação desta pesquisa aos outros anos, ainda assim essa afirmativa permaneça válida.

Dentre estas teses, dezoito foram de origem governamental e/ou 28 de origem não governamental. Entre as fontes do governo, onze utilizaram de documentos institucionais, oito consultaram leis, cinco consultaram processos e/ou quatro usaram entrevistas oficiais.

Já os usos de documentos não governamentais foram: 21 utilizando publicações, onze entrevistas e/ou nove com documentos institucionais. Nesse ponto, o que chama a atenção é a presença intensa de publicações, o que na prática são jornais e panfletos de época, mostrando

12

assim com os historiadores recorrem a notícias jornalísticas para o entendimento do passado. Existiu ainda, uma tese que se propôs fazer uma revisão bibliográfica, não usando outro tipo de fonte.

O importante é notar que todas as 34 teses só foram possíveis de serem executadas em função da existência de instituições de custódia, seja de documento arquivístico ou não. No entanto, a valorização e reconhecimento das mesmas nem sempre existiu por parte destes pesquisadores, que em suas obras, não necessariamente se preocupam em dar os créditos aos custodiadores. Esta característica é ressaltada pelo erro de citação da fonte, onde 19 discentes não explicitam parte ou nenhuma das instituições utilizadas para consulta.

Entre as quatorze teses que consultaram e indicaram as instituições custodiadoras, foi possível contabilizar 52 instituições diferentes, sendo que destas, 43 instituições foram citadas uma única obra, podendo concluir que não há uma concentração de estudos com fontes de uma mesma instituição de custódia. Dentre as instituições citadas mais de uma vez, constata-se a importância do Arquivo Nacional, referenciada em dez trabalhos e a Biblioteca Nacional, referenciada em seis trabalhos.

Quadro 1. Relação das Instituições de Guarda de documentos citadas nas Teses

Arquivo Nacional (RJ, BR)	10
Biblioteca Nacional (RJ, BR)	6
Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (RJ, BR)	4
Archivo General de La Nacion (URU)	2
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (RJ, BR)	2
Arquivo Histórico Ultramarino (PORT)	2
Biblioteca Nacional (PORT)	2
Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (RJ, BR)	2
Real Gabinete Português de Leitura (RJ, BR)	2

Fonte: Elaboração dos autores de base nas informações contidas nas Teses disponíveis no banco de dados de Dissertações e Teses do PPGH da UFF. Constam neste quadro apenas as nove instituições de guarda que mais foram citadas, ficando de fora outras 43 instituições.

Outro ponto que chamou atenção desta pesquisa foi a forte presença de instituições de custódia no Rio de Janeiro (48%), estado de localização do programa, comprovando o quanto a questão de delimitação geográfica ainda persiste, mesmo com os aparatos tecnológicos. Por outro lado, a delimitação geográfica não se mostra como um limitador, já que foi possível identificar a utilização de 27 (51%) instituições espalhadas por outros estados e até fora do país. As utilizações foram: oito instituições de Minas Gerais, duas da Bahia, duas do Rio

13

Grande do Sul, duas de São Paulo e uma do Paraná, isso no Brasil, já em outros países foram: cinco instituições de Portugal, duas da Argentina, duas do Uruguai, uma de Moçambique e outra dos Estados Unidos.

Algumas reflexões são importantes, em relação a localização das instituições fora do Rio de Janeiro. A primeira se refere a consulta em si, pois *a priori*, esses documentos foram todos consultados diretamente nos arquivos, mas será que não nenhum desses documentos foram consultados via *on-line*? Ou será que, mesmo existindo a consulta tradicional, não existiu antes, a interlocução da internet, com consultas a instrumentos digitais do acervo? Saber disto significa entender parte do impacto dos usos tecnológicos na produção historiográfica. E afinal, como estes pesquisadores chegaram a essas fontes? Essas são perguntas que ainda precisam de respostas.

Outras possibilidades de uso dessas instituições referem-se a origem dos então discentes, pois se todos residiam no Rio de Janeiro, essas fontes foram de alguma forma divulgadas para os mesmos, mas se foi o processo inverso? Esses estudantes poderiam morar nessas regiões e terem migrado para elaboração de suas teses. Para dar conta de todos esses questionamentos é necessário verificar a origem desses novos doutores e os meios de informação utilizados, ficando isto para as próximas etapas da pesquisa.

5 BREVES CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa busca conhecer melhor o perfil das fontes de informação utilizadas para produção de teses dentro da História. Entende-se que, além de serem frutos de pesquisas que seguiram padrões e metodologias reconhecidas, representam ainda as novas idéias e concepções dos mais novos doutores.

No que tange as questões ligadas aos documentos arquivísticos, pode ser observado a sua difusão. No entanto, a falta de esclarecimento em conjunto com a utilização equivocada ou incompleta de referências pode levar ao prejuízo da ciência, uma vez que além de não permitirem a verificação científica de informações, prejudicou a análise mais detalhada das fontes consultadas.

Por fim, cabe lembrar que mesmo com dificuldade nas referências e com poucas obras referenciando adequadamente as instituições, foram identificadas 43 instituições de custódia.

14

Os arquivos listados nesta pesquisa demonstraram que cumpriram parte de suas funções, disponibilizando informações à sociedade, no caso, informações pertinentes às necessidades científicas, permitindo assim, o desenvolvimento da ciência.

Por outro lado, e serão esses os próximos passos da pesquisa, torna-se fundamental realizar um estudo tipológico, para saber quais os tipos de fontes que os pesquisadores estão interessados e o porquê, assim como observar como estas fontes foram tratadas em seus respectivos arquivos de custódia, tendo em vista a criação de instrumentos de busca para sua localização.

6 REFERÊNCIA

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARBATHO, Renata Regina Gouvêa. *A arquivística e a pesquisa científicas: uso de documentos arquivísticos em dissertações e teses de Ciências Humanas na Universidade Federal Fluminense*. 2011. (Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharel em Arquivologia) – Departamento de Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. “Avaliação dos cursos recomendados”. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarConceitoIes&codigoArea=70500002&descricaoArea=HIST%D3RIA&descricaoAreaConhecimento=HIST%D3RIA&conceito=7>. Acesso em: 08 fev. 2011.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?* Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DURANTI, Luciana. *Diplomatica: nuevos usos para una antigua ciencia*. Trad. Manuel Vázquez. Carmona (España): Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção de fatos científicos*. Tradução Ângela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 5° ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

15

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Banco de Teses e Dissertações – lista de Teses on-line. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/tesesonline.php>. Acesso em: 17 fev. 2013.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Roberto Elian dos. A arquivística e os arquivos pessoais de cientistas. *Registro*. Ano V/VI, n. 5/6. jun. 2006/maio 2007. p. 52-64.

SCHELLENBERG, T. T. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Coordenação de Gestão da Informação. Conceitos CAPES. Disponível em: <https://sites.google.com/site/pgiproplanuff/indicadores-do-tcu/conceito-capes>. Acesso em 17 março 2013.